

**PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL AO
LICENCIAMENTO DO PROJECTO DA SAIBREIRA DO**

PICO DA CALHETA

**PARECER FINAL DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO AO ESTUDO DE
IMPACTE AMBIENTAL**

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	Erro! Marcador não definido.
2. IDENTIFICAÇÃO, OBJETIVOS E JUSTIFICAÇÃO DO PROJETO	3
3. DESCRIÇÃO DO PROJETO	Erro! Marcador não definido.
4. ALTERNATIVAS APRESENTADAS	Erro! Marcador não definido.
5. ANÁLISE AO EIA POR FACTOR AMBIENTAL	Erro! Marcador não definido.
5.1 GEOLOGICA E GEOMORFOLOGIA.....	Erro! Marcador não definido.
5.2 SOLOS E ÁREAS REGULAMENTARES	6
5.3 QUALIDADE DO AR.....	7
5.4 RUÍDO.....	7
5.5 ECOLOGIA.....	8
5.6 SOCIOECONOMIA.....	8
5.7 PAISAGEM.....	9
5.8 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO.....	10
6. CONSULTA PÚBLICA.....	10
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	11

1. INTRODUÇÃO

O Estudo de Impacte Ambiental (EIA) referido em título entrou na Direção Regional do Ambiente, Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental, no dia 10 de outubro de 2016. Na sequência desta receção e em conformidade com o previsto no Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro (abaixo abreviadamente designado apenas por diploma), foi constituída a respetiva Comissão de Avaliação (CA), formada pelos seguintes elementos:

- Direção de Serviços da Qualidade Ambiental (DSQA), que preside à CA, representada por Filipe Pires e por Carlos Faria, responsável pela consulta pública;
- Direção de Serviços de Recursos Hídricos e Ordenamento do Território (DSRHOT), representada por Isabel Castanho, da Divisão de Ordenamento do Território;
- Serviço de Ambiente de São Jorge, representado por Rui Sequeira;
- Direção Regional do Apoio ao Investimento e à Competitividade (DRAIC), representada por Diamantino Oliveira.

Após apreciação da documentação remetida, a CA elaborou um parecer conjunto, onde a integração das componentes das várias partes foi efetuada com recurso às novas tecnologias, ou seja, por meios informáticos ou propôs a conformidade do EIA. Posteriormente foi declarada a conformidade e o procedimento seguiu para a fase de consulta pública e após a elaboração, e entrega à CA do respectivo relatório, esta, com base no conteúdo do EIA, do conhecimento da área e das características do empreendimento, emitiu o presente parecer final ao projeto avaliado destinado a apoiar a Autoridade Ambiental na elaboração da sua proposta de Declaração de Impacte Ambiental (DIA).

2. IDENTIFICAÇÃO, OBJECTIVOS E JUSTIFICAÇÃO DO PROJECTO

Neste capítulo o EIA refere que o objetivo do projeto é o licenciamento para a exploração de piroclastos basálticos (bagacina) para o fornecimento do mercado local para obras de construção civil e obras públicas.

O projeto foi sujeito a procedimento de avaliação de impacte ambiente nos termos do Artigo 16.º do diploma, aplicando-se o exposto na alínea a) do ponto 6 do Anexo II.

A entidade licenciadora do projeto é a DRAIC e a Autoridade Ambiental a Direção Regional do Ambiente (DRA).

3. DESCRIÇÃO DO PROJECTO

O presente EIA diz respeito ao projeto de uma exploração de massas minerais, designada de saibreira do Pico da Calheta, localizado na freguesia e concelho da Calheta, ilha de São Jorge, pertencente ao Sr. José Almerindo Freitas Ramos.

Trata-se de uma exploração com uma área total de 27.686 m² em que o material a extrair é bagacina e a extração pretende-se desenvolver de cima para baixo com recurso a degraus sendo que a altura máxima será de 10 metros e os declives das frentes de desmonte em torno dos 60º/70º, mas os degraus finais de recuperação paisagística terão um declive entre 40º/50º. Entres esses degraus serão edificados patamares cuja largura será orientada pela altura dos respetivos degraus.

O projeto prevê a oeste, zona que confronta com a área afeta ao aterro sanitário do município da Calheta, uma intervenção prioritária com vista à estabilização e rebaixamento do talude pré-existente, de uma forma concertada com o projeto de selagem desse mesmo aterro.

4. ALTERNATIVAS APRESENTADAS

No presente capítulo, o EIA apresenta uma alternativa a do não licenciamento, alternativa “0”, ou seja, a manutenção da situação atual.

Tendo em conta a alternativa apresentada, o EIA incide sobre a realização do projeto.

5. ANÁLISE AO EIA POR FACTOR AMBIENTAL

A análise do EIA exposta no presente parecer tem em consideração os elementos constantes no Relatório Técnico.

Para caracterizar a situação de referência na área de estudo e no local de implantação da saibreira, perspectivar a evolução da zona em consequência da implementação do projecto, identificar os constrangimentos naturais a que o empreendimento está sujeito e propor medidas de modo a potenciar os impactes positivos e mitigar os negativos, o EIA descreve a zona de implantação e delimita a zona de estudo, designada por “situação de referência”, com base num conjunto de factores ambientais que considera mais significativos para os objectivos em causa.

Posteriormente, o EIA apresenta o método utilizado para estimar a significância dos impactes que resultam da instalação da pedreira sobre os factores utilizados na caracterização da situação de referência para as fases de exploração e de desactivação do empreendimento. Depois, mostra a estimativa das principais

alterações em consequência do projecto, através de um quadro síntese de impactes ambientais e medidas de minimização.

Ao longo deste parecer, quando a CA não expressar discordância sobre uma dada medida ou programa é porque os considera aceites, propondo-se a sua inclusão na DIA direta ou indiretamente.

Apesar do EIA desenvolver as várias vertentes descritas anteriormente por diferentes capítulos, neste parecer, para facilitar a leitura e análise das componentes distribuídas pelos vários elementos da CA, as mesmas encontram-se agrupadas em torno do factor ambiental a que dizem respeito. Algumas das medidas aparecem repetidas nos vários fatores ambientais, visto serem transversais aos mesmos. Por outro lado, as medidas preconizadas no Plano de Pedreira deverão ser cumpridas.

No que diz respeito aos planos de monitorização presentes no EIA, estes deverão ser remetidos à entidade licenciadora e posteriormente analisados pela autoridade ambiental, aquando da entrega anual dos dados estatísticos e relatório técnico de acordo com o Artigo 52.º do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2007/A, de 5 de junho, ou em caso de alguma ocorrência pontual.

5.1 Geologia e Geomorfologia

Para este fator ambiental, o EIA faz uma caracterização em termos geológicos, geomorfológicos, tectónica, risco sísmico e vulcânico e geotécnica de São Jorge, destacando-se o facto do projeto se inserir no flanco norte do cone vulcânico do Pico da Calheta desenvolvendo-se entre os 430 e 490 metros de altitude, pertencente ao complexo vulcânico de Manadas numa área dominada por piroclastos basálticos.

Para os impactes referidos no EIA são propostas as seguintes medidas de minimização:

- Desenvolvimento de trabalhos prioritários de estabilização dos taludes e de reforço da qualidade do piso dos acessos;
- Utilização dos estêreis nos trabalhos de recuperação, nomeadamente em aterros;
- Realização do adequado acondicionamento, acumulação e proteção do recurso mineral;
- Planeamento do sentido e direção da escavação e da evolução da área de massa mineral exposta, de forma integrada com as tarefas de recuperação ambiental e paisagística;
- Acondicionamento adequado da massa mineral nos meios de transporte;

Para além das medidas apresentadas no EIA a CA entende que deverão ser tomadas as seguintes medidas:

- As manobras de operação dos equipamentos de transporte da massa mineral extraída devem ser feitas com particular atenção, quer dentro da área de exploração quer no seu exterior, para evitar colocar em perigo pessoas e bens;
- O acondicionamento da massa mineral nos meios de transporte deve ser feito de modo a assegurar que a mesma não se espalha nas vias públicas, eliminando-se assim os riscos e prejuízos daí resultantes;
- Os limites da área licenciada devem estar devidamente sinalizados e, sempre que possível, vedada a área circunscrita à pedreira, assim como a bordadura da escavação, que deve ser protegida por vedação de características adequadas às condições próprias do lugar desde que não obstaculize os trabalhos de exploração.

5.2 Solos e áreas regulamentares

O EIA apresenta uma análise ao solo no âmbito da pedologia, capacidade de uso do solo e da ocupação do solo.

O EIA prevê para os impactes aí a seguinte medida de minimização:

- Planeamento do sentido e direção da escavação e da evolução da área de massa mineral exposta, de forma integrada com as tarefas de recuperação ambiental e paisagística;
- Armazenamento da terra vegetal resultante do desmonte para posterior aproveitamento na fase de recuperação paisagística;
- Implementação imediata, desde a fase inicial da exploração, de operações de recuperação paisagística;
- Sinalizar devidamente os limites da área licenciada e proteger a área circunscrita à pedreira com vedação de características adequadas às condições próprias do lugar;
- Implementação de uma adequada gestão e manuseamento dos resíduos e outros produtos potencialmente poluentes;
- Manutenção e verificação periódica dos equipamentos motorizados nos estaleiros do promotor ou em outro local apropriado para tal.

5.3 Qualidade do Ar

O EIA para este fator ambiental faz caracterização da qualidade do ar com base nos dados da estação da qualidade do ar da ilha do Fail e dos dados do Relatório da qualidade do Ar dos Açores 2015 (DRA, 2015).

Para a Qualidade do Ar o EIA refere as seguintes medidas:

- Realização do adequado acondicionamento, acumulação e proteção do recurso mineral;
- Manutenção e verificação periódica dos equipamentos motorizados no estaleiro do promotor ou em outro local apropriado para tal;
- Implementação, manutenção e reforço, se necessário, das cortinas arbóreas nos limites da área do projeto;
- Aspersão de água nos principais focos geradores de partículas, em períodos de maior seca;

Para além das medidas propostas no EIA, a CA entende que solos de cobertura e materiais de natureza mais fina depositados na exploração deverão ser acondicionados de forma a evitar a suspensão de partículas pelo vento e acumulação de espécies vegetais de carácter infestante.

5.4. Ruído

Relativamente ao fator ambiental Ambiente Sonoro, é feita uma caracterização do local relativamente às fontes de emissão de ruído destacando-se a proximidade do centro de resíduos e aterro sanitário e da circulação de veículos inerente a tais zonas.

Apesar de não existirem recetores sensíveis nas proximidades, o EIA aponta algumas medidas de minimização:

- Manutenção e verificação periódica dos equipamentos motorizados no estaleiro do promotor ou em outro local apropriado para tal;
- Implementação manutenção e reforço, se necessário, das cortinas arbóreas nos limites da área do projeto;
- Recurso a equipamentos motorizados de carga e transporte modernos e dotados, sempre que possível, de silenciadores e atenuadores de ruído e/ou que cumpram as disposições legais sobre a emissão de ruído;
- Restringir a atividade ao período diurno.

5.5. Ecologia

De acordo com o referido do EIA para este fator ambiental, a área do projeto insere-se maioritariamente numa área onde o coberto vegetal é essencialmente pastagem e numa zona de escavação consolidada com a presença de espécies de caráter infestante e alguns exemplares de endémica como é o caso da urze (*Erica azorica*) e louro (*Laurus azorica*). Relativamente à fauna, o EIA identifica as espécies confirmadas e a provavelmente existentes no local. No EIA encontram-se presentes as seguintes medidas:

- Manutenção e verificação periódica dos equipamentos motorizados no estaleiro do promotor ou em outro local apropriado para tal (perturbação de espécies faunísticas);
- Replantação de eventuais espécies endémicas que venham a ser removidas localmente, especialmente as que possuem estatuto de proteção, através de ações de recuperação e/ou cedência do serviço Florestal da ilha.

5.6. Socio-economia

O EIA recorre a dados estatísticos do Censos de 2011 para se debruçar sobre a ilha de S.Jorge, e em particular sobre o concelho de Calheta, ao nível da demografia, do emprego (em função dos setores de atividade) e da estrutura empresarial.

Para este fator, são propostas as seguintes medidas:

- Planeamento do sentido e direção da escavação e da evolução da área de massa mineral exposta, de forma integrada com as tarefas de recuperação ambiental e paisagística;
- Implementação imediata, desde a fase inicial da exploração, de operações de recuperação paisagística;
- Restringir a atividade ao período diurno;
- Os veículos de transporte devem-no fazer por trajetos onde não perturbem as populações;
- Recurso a equipamentos motorizados de carga e transporte modernos e dotados, sempre que possível, de silenciadores e atenuadores de ruído e/ou que cumpram as disposições legais sobre a emissão de ruído;
- Implementação manutenção e reforço, se necessário, das cortinas arbóreas nos limites da área do projeto.

Para além das medidas presente no EIA a CE entende que devem ser tomadas as seguintes medidas:

- A manutenção do equipamento utilizado deve ser feita sempre em local próprio com vista à recolha dos respetivos resíduos e/ou peças de modo a evitar o seu derrame e/ou abandono;
- As manobras de operação dos equipamentos de arranque, carregamento e de transporte da massa mineral extraída devem ser feitas com particular atenção, quer dentro da área de exploração quer no seu exterior, para evitar colocar em perigo pessoas e bens;
- Para além do cuidado com a qualidade do ar e com a minimização de perdas, o acondicionamento da massa mineral nos meios de transporte deve também ser feito de modo a assegurar que a mesma não se espalha nas vias públicas para minimizar os riscos e/ou prejuízos daí resultantes para os demais utilizadores das vias de comunicação.

5.7. Paisagem

Relativamente à paisagem, o EIA faz uma caracterização das paisagens dos Açores e em particular da ilha de São Jorge.

O EIA recomenda a implementação das seguintes medidas:

- Planeamento do sentido e direção da escavação e da evolução da área de massa mineral exposta, de forma integrada com as tarefas de recuperação ambiental e paisagística;
- Implementação imediata, desde a fase inicial da exploração, de operações de recuperação paisagística;
- Sinalizar devidamente os limites da área licenciada e proteger a área circunscrita à pedreira com vedação de características adequadas às condições próprias do lugar.

A CA entende que, uma vez que a referida “lixreira” deverá ser selada em breve pela DRA, importa verificar e assegurar que não haverá qualquer incompatibilidade entre a presente pretensão de exploração de massas minerais com o projeto de selagem em desenvolvimento. Por outro lado, a CA alerta para o facto de que a zona de saída das viaturas que transportarão as massas minerais intercepta com a Estrada Regional, num troço em curva, e em que os utentes desta circulam normalmente a uma velocidade considerável e, frequentemente, com nevoeiro ou chuva e piso molhado. Assim, deverá o projeto incluir medidas que minimizem riscos de acidentes rodoviários à saída da exploração, riscos estes que se tornam ainda mais elevados no caso de ocorrerem areias espalhadas na estrada por terem caído das viaturas de transporte.

5.8 Ordenamento do Território

O EIA para este descritor apresenta uma listagem dos instrumentos de gestão territorial (IGT) e das condicionantes em vigor. Efetua uma análise sintética do enquadramento da exploração no âmbito de atuação de cada um dos IGT e respetivas condicionantes.

Como medidas para minimizar os impactes existentes, o EIA propõe o seguinte:

- Planeamento do sentido e direção da escavação e da evolução da área de massa mineral exposta, de forma integrada com as tarefas de recuperação ambiental e paisagística;
- Implementação imediata, desde a fase inicial da exploração, de operações de recuperação paisagística.

6. CONSULTA PÚBLICA

A saibreira do Pico da Calheta, em Fase de Projeto de Execução, enquadra-se na tipologia definida no n.º 6 do Anexo II do Diploma AILA, pelo que a duração da Consulta Pública foi de 20 dias úteis, decorridos entre 21 de dezembro de 2016 e 15 de janeiro de 2017.

A documentação tornada pública, Relatório Técnico, Resumo Não Técnico do Estudo de Impacte Ambiental, bem como os pareceres da Comissão de Avaliação estiveram disponíveis em suporte de papel nas três Bibliotecas Públicas e Arquivos Regionais dos Açores e nas instalações da Direção Regional do Ambiente e ainda em formato digital na página da internet da Autoridade Ambiental com o seguinte endereço:

<http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/sraf/docDiscussao>

Foi efetuada também uma publicação num jornal de tiragem regional, neste caso o Diário Insular.

No âmbito do processo de Consulta Pública, em todos os locais constava a informação de que os interessados, devidamente identificados, podiam manifestar-se por escrito, no prazo da Consulta Pública, dirigindo as suas exposições à Direção Regional do Ambiente, sita na Rua Cônsul Dabney, Colónia Alemã - 9900-014 HORTA ou para o e-mail: qualidade.ambiente@azores.gov.pt.

Terminado o período da Consulta Pública foram então aguardados 5 dias úteis para a esperar por uma eventual receção de exposições dos interessados no âmbito desta Consulta Pública e emitidas por correio no fim do prazo limite. Decorridos os 5 dias, não se verificou qualquer entrada na Direção Regional do Ambiente

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise do Projeto e do EIA apresentado, da inexistência de novos elementos provenientes da Consulta Pública e dos conhecimentos técnicos dos elementos que integram a Comissão de Avaliação, a CA considera **viável** a exploração pretendida com o Plano de Pedreira apresentado, mas o projeto avaliado deve ser condicionado ao cumprimento do seguinte:

- Implementação das medidas de minimização contidas no EIA, com as alterações introduzidas pela CA e adição das propostas por esta no presente parecer;
- Verificação da adequação da manutenção das medidas de minimização e dos programas de monitorização cuja apreciação deve ser efetuada pela Autoridade ambiental nos termos previstos no Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro;
- Execução dos programas de monitorização nos termos descritos no presente documento;
- Nos termos do artigo 44.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, a DIA a emitir caduca se, decorridos dois anos a partir da sua emissão, não tiver sido iniciado o projecto avaliado, exceptuando-se os casos previstos no n.º 3 do mesmo artigo;
- A DIA a emitir não dispensa o proponente do cumprimento de nenhuma outra obrigação legal ou licença a que o empreendimento se encontre sujeito, nomeadamente a definição e a apresentação da caução para assegurar a implementação do Plano Ambiental de Recuperação Paisagística.

Horta, 14 de fevereiro de 2017

PI'A Comissão de Avaliação

Filipe Pires
(DSQA)